

A IMPRENSA PAULISTANA NOS SEUS PRIMÓRDIOS E NA ABOLIÇÃO

Constituiu grande êxito social e literário, conforme ontem noticiamos, a conferência de Guilherme e Almeida no Centro de Ciências, Artes e Letras, de Campinas. E o seguinte, na íntegra o brilhante trabalho do ilustre escritor: "Vivemos o mais grave momento da história do mundo. A ferro e fogo e suor e sangue e lágrimas, neste instante, estracalham-se raças, espantam-se credos, esfarramam-se pátrias, esbarbentam-se civilizações. É a destruição, o extermínio, o aniquilamento, a queda, a ruína, a derrocada, o fim. Em um quarto de século, não resta dúvida, progrediram assustadoramente os homens: os mapas, não mais apenas os tratados, é que são hoje "des chiffons de papier" — trapos de papel...

Ora, alienou-nos também a tenebrosa tragédia: arrastou-se a torva borrasca até esta nossa encarcerada margem do Atlântico — larga praia selvagem, onde julgávamos apenas viria quebrar-se e refluir nestas rochas invulneráveis e refratárias, ou dissolver-se por estas arelas absorventes e imaculadas o pestilento ondular da alheia eslugem. Estamos também em guerra. Em guerra por uma coisa que ameaçava desaparecer do coração e dos lábios dos homens: em guerra pela liberdade.

Liberdade... Já estranhamente soava nos ares destes dias bárbaros essa palavra. Era já qual um anacronismo. Parecia que para pronunciá-la, ou entendê-la, eram necessários um espaço fora do espaço, e um tempo fora do tempo; era preciso um como desprendimento, uma como levitação mágica para uma altura pelo menos fora do alcance dos holofotes, dos "cacas" ou das granadas anti-aéreas... Parecia que numa das mais belas palavras, teria qual um sentido entre os homens; que até mesmo a consolação, messiânica promessa do "que será tamen" havia sido raspada, apagada a ferro e fogo e suor e sangue e lágrimas da face acobreada da terra...

Parecia... Deus — ao Deus dos Escritos Aliados — a Liberdade val baixando de novo o seu vó sobre o mundo, de novo prometendo amará-lo sob as suas asas tutelares, altas, alvas, alçadas no céu como um limeno, um infinito "V" de Vitória...

A Liberdade não morreu. Foi, minhas senhoras e meus senhores, não estamos aqui, neste instante, em convívio amiguo, num 13 de maio, numa data de Liberdade? E com que gosto maior e melhor eu sei pensar em Liberdade, aqui, nesta minha Campinas natal, neste minha clara "nursery" onde ranzeu o meu berço, e onde as mãos maternais da saudade ainda conservam guardados, como brinquedos coloridos da minha infância, as minhas velhas lembranças e os meus sonhos antigos!

Aqui estou, no doméstico "à vontade" deste recanto do grande lar da grande família paulista, como que em conselho de família, como que em casa — e, pois, com uma liberdade única para falar em Liberdade.

13 de Maio... O Acaso — aquele nosso indiscreto deus nacional, o caprichoso espírito do Fortuito, o poderoso gênio da Fortuna-Maior, sem o qual talvez nunca tivéssemos sido descobertos, e estívéssemos praticando ainda o nosso paradisíaco nidinho pelas desertas e verdes aldeias de "Brasília Barbarorum" — o Acaso quis marcar com uma profundeza e sugestiva coincidência esta data: 13 de maio. Criou dois "13 de maio" na nossa História, ou, mais precisamente, na história do nosso jornalismo: dois "13 de maio" distancados de oitenta e seis anos um do outro: 13 de maio de 1808 e 13 de maio de 1888; ou, respectivamente, a data da criação da Imprensa Régia, e a data da Lei Aurea, por que tanto e tanto se bateu a nossa imprensa. Aquela marca a primeira infância do jornalismo indígena; esta, a sua foga puerberdade.

Vou avisar aqui, até onde possa alcançar o meu limitado rai visual, esses dois "momentos" da nossa vida espiritual. Vou avisá-los apenas dentro dos horizontes urbanos da Capital do nosso Estado.

13 de maio de 1808. É criada, no Rio de Janeiro, a Imprensa Régia. S. Paulo sentiu logo a urgente necessidade de um jornal. Mas que luta tremenda não foi, para os paulistas, conseguir das cortes bragantissas o direito de ter, na ca-

pital da Província, um prelo! Enquanto na metrópole, e em outros pontos da Colônia, iam surgindo publicações noticiosas e informativas, os paulistas viviam, eram forçados a viver em pleno regime do "boato". Por mera intuição, por uma natural finura de observação, iam conhecendo, ou, melhor, adivinhando a vida política do país, trocando verbalmente idéias, formulando em conversas os comentários, apenas orientados — e guiados — por impressos vindos do estrangeiro, que se não furtavam de criticar a administração da Colônia, "livres como estavam do sufocante sistema colonial", como observa Afonso de Freitas na sua "A Imprensa Periódica de S. Paulo". Para combater o boato, o diz-que-dis estéril e desorientador, as classes dirigentes de São Paulo bateram-se tenazmente e debalde pelo estabelecimento de uma oficina tipográfica e impressão de um jornal na cidade. Quinze anos depois de criada a Imprensa Régia, em 8 de janeiro de 1823, já independente o Brasil, a provável instância do governo paulista foi a Junta Directora da Tipografia Nacional expedida pelo Ministério da Fazenda, em nome do Imperador, uma portaria ordenando o encargo de um dos seus antigos prelos, com todas as suas pertenças e uma porção de letras suficiente para sua laboração para ser enviado tudo para S. Paulo, por mar e que ao mesmo tempo fossem contratados dois habéis oficiais, um de composição e outro de impressão, com declaração dos ordenados que deveriam vencer, atentas as circunstâncias da província para onde deveriam seguir" (ob. cit.). Fez-se o encargo; contratou-se o pessoal prático; veio a aprovação imperial — e ficou tudo à espera de um "aviso de embarque" que nunca, até hoje, nunca veio... Ao invés de tipografia e tipógrafos, o que veio foi uma autoridade: o ministro, de quem a Junta Directora ouviu a revogação verbal da ordem de remessa prometida, sob o pretexto de que o prelo se tornara indispensável à Imprensa Nacional para os trabalhos da Assembléia Legislativa Constituinte, que se ia reunir... Houve protestos gerais. Protestou o tipógrafo contratado, Gaspar José Monteiro; e teve os seus requerimentos todos indeferidos. Protestou a Junta Governativa de S. Paulo, e protestou o primeiro presidente da Província, Lucas Antonio Monteiro de Barros; e o ministro da Fazenda, esgotadas as suas evasivas para os seus "indeferidos", fechou-se no mais opaco e cômodo mutismo. Insistiu o nosso presidente, futuro Marquês de Congonhas do Campo; e obteve, afinal este despacho de Sua Majestade — "Ao Ministro da Fazenda, que remeta a tipografia, quanto ao impressor, pergunte-se à Junta se tem quem vá". Mas... apesar dessa ordem peremptória, os paulistas estão esperando até hoje a sua tipografia...

Ora, impossibilitados de ter uma imprensa, e compreendendo afinal que não podiam contar com as promessas da Corte, resolveram os homens de S. Paulo fazer um jornal manuscrito. E, em julho ou agosto de 1823, apareceu "O PAULISTA", bi-semanário, dirigido e redigido pelo professor de gramática latina e retórica, Antonio Mariano de Azevedo Marques, o "mestriinho".

Entre parêntesis: — Permiti, minhas senhoras e meus senhores, que eu reclame daqui, para esse vulto nobilíssimo, fundador da imprensa em S. Paulo, uma comemoração condigna, "aer perennius", enquanto é tempo, numa nossa pequena, esquecida praça pública, onde ainda não pôs seu vó de bronze perpétuo qualquer herói adventício... O nosso primeiro jornalinho — "O PAULISTA" — para viver, precisou naturalmente do apoio da alta administração provincial. E, para tanto almejar, teve que se apresentar previamente com um "Plano de Publicação" e certo número de assinaturas já de antemão garantido. Não sou capaz de me furtar ao gosto de reler aqui um trecho desse interessante e corajoso "Plano" estabelecido e escrito pelo "mestriinho". Diziam as suas boas e simples letras: — "Como desgraçadamente não tem sido possível à província de S. Paulo obter um prelo para se comunicarem e disseminarem as idéias úteis e as luzes tão necessárias num país livre, para dirigir a opinião pública, cortando pela raiz os boatos que os malvósos não cessam de espalhar para conseguir seus

fins ocultos, é mister lançar mão do único meio que nos resta. Deverá pois ser surtida a falta a tipografia pelo uso dos amanuenses, que serão pagos por uma sociedade patriótica, e aos quais incumbere escrever o número de folhas, que devem ser repartidas pelos subscritores no dia determinado para a sua publicação... Em consequência pois deve haver um Redator que se encarregue de dar duas folhas cada semana... e supondo que este Redator, ou Redatores, tomarão este trabalho somente por patriotismo, trabalharão gratuitamente... Far-se-á uma subscrição de 40 assinaturas, sendo o preço de cada uma de 320 réis mensais... etc...". E concluiu assim seu admirável "Plano" o "mestriinho". — "Depois de feita a subscrição e apresentado pelo Redator o prospecto da folha, será tudo levado ao conhecimento do Excmo. Governo, para este autorizar um semelhante estabelecimento que sendo desempenhado com a dignidade conveniente, será de grande montagem para esta Província..."

Esse "Plano" está datado de 20 de setembro de 1823. No dia seguinte, a Junta Governativa remeteu-o à Sua Majestade pedindo a sua aprovação "ou o que fosse do imperial agrado". A petição do governo de S. Paulo foi dada o despacho seguinte: — "Para isto não precisa de licença contanto que não abuse e deve por isto o Redator assinar cada folha visto não ser impresso".

Não se sabe quanto durou "O PAULISTA". O que se sabe é que, de fins de 1824 até o dia 7 de fevereiro de 1827 — data esta em que apareceu impresso o primeiro número d'"O PHAROL PAULISTANO" — não mais cogitaram as Cortes de dotar a capital desta Província com uma imprensa... Assim, só dezesseis anos depois de instalada na Metrópole a Imprensa Régia, tivemos nós aqui o primeiro prelo. O que ele nos custou, e que muito frouxamente evocou nestas reminiscências melancólicas, serve de estímulo aos nossos trabalhadores de jornal, para que não recuem, nunca, ante quaisquer obstáculos que as circunstâncias adversas, por isto ou por aquilo, tentem enterrar a pista que escolheram — por certo de todas a mais árdua sempre; sempre a menos compensadora de todas.

13 de maio de 1888. É promulgada a lei que extingue a escravidão no Brasil. Outra data gloriosa para a nossa imprensa.

Não preciso recordar a importância que assumiu o jornalismo de São Paulo na campanha abolicionista. A imprensa é sempre a tribuna mais eficiente: a que prega a todos, não efêmeras, mas duradouramente; a que se serve, não da palavra falada, que voa, mas da escrita, que fica.

Nem preciso lembrar a ação mais que conhecida das principais folhas, dos nossos grandes jornais da época, que quebraram lanças pelo ideal anti-escravocrata. Quero apenas, muito de passagem, folhear a pitoresca imprensa periódica que floriu nesse delicado momento histórico: uma dezena de publicações essencialmente abolicionistas, feitas para a ocasião, sérias umas, outras satíricas, todas curiosíssimas. E um punhado de jornais e revistas de curta vida e que, justamente por haverem vivido pouco, por não terem conhecido "a glória de durar, essa longa miséria", mais preciosos, sugestivos se tornam.

Peregrina a citada, notável obra de Afonso de Freitas, "A Imprensa Periódica de S. Paulo", demorando-me gostosamente no lapso de tempo que se estende de 1822 a 1888, que foi quando mais viva se acendeu a campanha anti-escravagista em nossa terra. E encontro, por exemplo, fundado a 2 de julho de 1822, "O ARADO", semanário satírico, mordaz, impresso na Tipografia Comercial de António Elias da Silva, à rua de São Bento. Com as suas z'ahofas, teve entretanto um grande nome à frente: o doutor sob o pseudônimo de "Doutor Faustino". Esse "Doutor Faustino" que redigia duas secções de maior sucesso — "Coisas com que "O ARADO" implica" e "Coisas com que "O ARADO" deve implicar" — era, nem mais nem menos, que o ilustre, inesquecível abolicionista Antonio Bento de Sousa e Castro. Imagine-se o grande e sério polemista escrevendo, por exemplo, entre outras, estas "Coisas com que "O ARADO" devia implicar": — "Com um célebre engenheiro (Dr. R. N.) que tosquiea o bigode a goma-arábica; com a célebre mulata da rua 25 de

Março e seu manda-chuva" etc.

Outro periódico mensal, de propaganda republicana e abolicionista, era o "NOVENTA E TRES". Circulou pela primeira vez a 3 de dezembro de 1882 e teve vida efêmera. Era redigido por Figueiredo Coimbra, Antonio dos Santos Oliveira, Antonio Guery, Arthur Carlos e Francisco Gaspar. Das arcaicas da nossa tradicional Faculdade de Direito partiram, em várias publicações jornalísticas, muitos gritos contra a catifeira — a "nódoa negra" que nos manchava aos olhos do mundo civilizado. Uma dessas publicações, por exemplo, chama-se "A ONDA", órgão do Centro Abolicionista Acadêmico, fundado por Joaquim Dias da Rocha e outros estudantes em 1883. Quatro anos mais tarde, eram seus redatores: Victor da Silva Ayrosa, Leopoldo de Freitas, Pinheiro de Albuquerque, Arthur Ribeiro, Arthur Guimarães, J. Augusto Fleury e outros...

"Segundo Lafayette — afirma o citado Afonso de Freitas — existiu em S. Paulo, no ano de 1884, com o título "A ABOLIÇÃO", uma publicação cujo primeiro número teria circulado a 31 de agosto daquele ano".

Mas, o grande órgão das idéias abolicionistas, em São Paulo, foi "A REDEMPÇÃO", folha comercial e noticiosa, sob a direção oní-chefe do dr. Antonio Bento de Sousa e Castro. Era propriedade de uma associação, e aparcela aos domingos e quintas-feiras. A redação estava localizada num pequeno prédio da rua da Esperança (depois "da Capitão Balação", n. 11, "A REDEMPÇÃO" era um terrível panfleto de propaganda da libertação incondicional do escravo, e, segundo Afonso de Freitas, "lançava mão de todos os meios, inclusive o do ridículo, para desmoralizar a causa dos escravocratas órgão de uma associação secreta, que se ramificava por todas as camadas sociais, com representantes em todos os departamentos públicos e instituições particulares, e cujas atribuições eram informar o centro de tudo que interessasse ao movimento abolicionista. "A REDEMPÇÃO" tornou-se um instrumento poderoso de apressamento da extinção do elemento servil, e inquestionavelmente foi quem mais contribuiu para o desbravamento do caminho que devia levar o governo imperial à decretação da lei áurea de 13 de maio de 1888. Alem do dr. Antonio Bento, escreviam também n'"A REDEMPÇÃO" o padre Francisco Barroso, o tenente-coronel Macedo Pimentel, respectivamente vice-presidente e tesoureiro da Associação Abolicionista, da qual era Antonio Bento o presidente; o dr. Afonso de Freitas, José Feliciano de Oliveira, e muitos outros". Os artigos mais apreciados pelo povo eram os de Antonio Bento, vasados em geral num vernáculo "soberanamente errado, mas deixando transparecer, em cada linha, a graça natural e a bonomia de espírito de que era dotado o grande e abnegado abolicionista, e em cada conceito o ardor de ferro incandescente com que cauterizava o cancro que, até o alvorecer de 13 de maio de 88 corrou o organismo social brasileiro" (Afonso de Freitas, ob. cit.).

A propósito de desleixo gramatical de Antonio Bento, é curioso ler-se a nota que publicou n'"A REDEMPÇÃO", no número 4, de 13 de janeiro de 1887. Ela-la: — "AOS Nossos LEITORES — Não fazemos questão de gramática, nem tampouco de pontuação em nossos artigos; por conseguinte, se qualquer erro de etimologia, prosódia, ortografia, ou sintaxe encontrar nos gramáticos ou filólogos em nossos artigos, não se incomodem porque nós não nos incomodamos, e damos desde já por desculpados porque pretendemos afirmar, quando formos censurados por tais erros, que são erros tipográficos, mesmo porque os nossos leitores são quase todos portugueses no Zé Povinho, e pouco se importam com gramática. Se o nosso jornal for lido por gramáticos e filólogos, pedimos a esses que ponham a pontuação onde lhes convier e que leiam gramaticalmente. Estabelecida a questão neste não pretendemos para o futuro discutir qualquer questão gramatical que se apresente".

Esse grande órgão abolicionista aparecia "impresso em quatro colunas de cinco colunas, formato de 38 1/2 por 55 centímetros. O primeiro número circulou no dia 2 de janeiro de 1887. A sua publicação foi suspensa logo depois da promulgação da Lei Aurea, reaparecendo anos depois apenas em números comemorativos do aniversário da lei de 13 de maio. Antonio Bento, pouco antes do gesto da Redentora, havia deixado a redação do seu periódico, para fundar outro jornal: "A LIBERDADE". Este "A LIBERDADE", "órgão dos abolicionistas de São Paulo", tinha a sua redação à

MODAS DE INVERNO

MANTEAUX NACIONAIS E AMERICANOS



MANTEAU DE CORTE MODERNO, ESPORTIVO, FORRADO EM SEDA \$320,00
MANTEAU HABILLÉ, COM APLICAÇÕES DE AGNON RASÉE, PRETO \$480,00

APRESENTAMOS LINDA COLEÇÃO DE MANTEAUX EM Lã AUSTRALIANA PELO DE CAMELO E VIRGINIA



rua do Imperador, e foi fundado, como disse, por Antonio Bento, que se retirara da "A REDEMPÇÃO" nove dias antes de ver realizado o ideal que tanto o empolgara, isto é, no dia 4 de maio de 1888. No dia seguinte a este, aparecia, na seção livre d'"A PROVINCIA DE S. PAULO", assinada pelo grande abolicionista, esta declaração: — "Retirei-me da redação d'"A REDEMPÇÃO" para formar uma outra folha com o título "A LIBERDADE". Nunca auferi o mais insignificante lucro desse jornal".

"A LIBERDADE" circulou pela primeira vez no dia 10 de maio de 1888. Dez dias depois, veio a lume outra publicação: "ABOLIÇÃO", número especial comemorativo e em homenagem à promulgação da lei n. 3353, que declarou extinta a escravidão no Brasil. Apareceu sob a direção de Bernardino Ferraz e J. Garcia, trazendo colaboração de Eduardo Chaves, Sylvio de Almeida, J. Vieira de Almeida, F. Nazareth Filho, Caetano Junior e outros. Trazia, além do texto integral da Lei Aurea, poesias, notícias e estudos biográficos sobre as figuras dos grandes abolicionistas Luiz Gama, José Bonifácio e Antonio Bento.

Mas... Mas o tempo passa e, com ele a paciência deste tão amavel auditorio, que tão amavelmente está aqui me ouvindo. É chegado o momento de libertação — estamos num dia 13 de Maio... — de lhe dar também o seu "treze de maio"...

Al tendes, minhas senhoras e meus senhores, tão restituidamente quanto mal expostos, alguns aspectos pitorescos dos primórdios da nossa imprensa e da ação política dos órgãos periódicos na campanha abolicionista. Falando como jornalista, e jornalista de São Paulo, dos meus ancestrais no "métier", sinto nessa evocação um suave consolo. Suave consolo porque me reconforta o pensamento de que nesta profissão, se mais nada nos dá, as vezes, no presente, pelo menos seremos, "que será tamen", abençoados no futuro. Malsinado no presente... Por que não? Não se pense que, por exemplo, aqueles denodados plúmbeos da idéia anti-escravocrata tiveram, no seu maior e melhor instante de ação, o favor geral do público, ou dos colegas. Não é não. No número 46 d'"O REBATE", a folha brilhantíssima de Julio Ribeiro, apareceram, sob o título "O SAPO MORTO", uns versos dedicados aos jornalistas de então, e que começavam assim: "Sempre a cantar, por nossa vez, Vamos cantar os jornalistas. Deus os pintou, o diabo os fez. Pinos em coisas nunca vistas... Graves alguns, outros gentis, Moços tamen, tamen velhotes, E a língua má do povo diz, Que trocam calos por calotes"...

Não podiam mesmo os apóstolos do abolicionismo ser bem-vistos de todos em S. Paulo. O Paulista era o brasileiro que, economicamente, menos poderia desejar a abolição, a libertação do braco escravo — unção com que então contava para a sua lavoura, que era a única lavoura organizada no país. E o camponês era o Paulista que menos ainda poderia, se fosse interessado puro, anelar pela extinção do catifeiro. E, já que estou nesta minha terra, nesta data e entre esta minha gente; vou, num parêntesis, final repetir aqui as palavras que, sobre isso, escreveu Leopoldo Amaral no seu luminoso livro de recordações de Campinas. Evocando a fundação do Clube Republicano Campineiro — nicho da abolição e da república — diz o nosso eminente contemporâneo: — "Entre as questões sociais de mais responsabilidade moral, a serem tratadas naquela casa, erigida em pleno centro da lavoura, de um município que contava milhares de escravos" — seus eltos, era, certamente, a que se referia à escravidão — mancha que não podia continuar a nos encher de vergonha em face da civilização e do progresso humano — uma das mais melancólicas daquela época (1888). Era, positivamente, um problema gravíssimo, Campinas, por ser município agrícola e dos mais importantes da então Província de São Paulo, e consequentemente com avultado número de trabalhadores escravos, era apontada, lá fora, como um baluarte da escravidão. Entretanto, a idéia e a ação da Liberdade aqui se desenvolveram com calor, e o abolicionismo agiu vigorosamente, não só nas colunas da imprensa, como na tribuna pública..."